

CAPÍTULO 8

**“Tornar-se mulher”: construções
de si nos coletivos de resistência**

Rayane Silva Guedes

Introdução

A palavra mulher pode imprimir diferentes significados a partir das subjetividades individuais marcadas por condições específicas, mas também faz parte de uma compreensão coletiva, construída a partir de diferentes discursos e vivências comuns. É uma questão que ainda se desenvolve e também por isso mostra-se tão relevante, já que a História, a política e os diferentes espaços públicos foram muito dominados pelo masculino, na medida em que as mulheres foram relegadas ao ambiente familiar, compreendido como um espaço inferior no desenvolver da produção humana.

O sistema de dominação patriarcal impôs, especialmente, à mulher o espaço privado. Assim, silenciadas – não somente elas, mas principalmente –, são invisibilizadas nos acontecimentos e fatos históricos (PERROT, 2007), nas produções literárias, nas teorias acadêmicas. Apenas recentemente foi possível que as mulheres elaborassem coletivamente sua perspectiva única dos acontecimentos e mesmo da concepção do que é ser mulher. Um marco importante nas elaborações feministas é a década de 1980, quando há grupos, coletivos de mulheres negras dos EUA e do “terceiro mundo”, que questionam a “identidade mulher”, as questões sociais envolvidas e mesmo políticas, de acordo com Adriana Piscitelli (2009). Mesmo a primeira onda feminista ocorre em meados do século XIX e início do XX, já que é nesse momento, inclusive com a Revolução Industrial, que surgem melhores condições de organização das mulheres como resultado de um processo histórico e sociológico, que contempla diferentes campos de atuação e pontos de vista, não em aspectos biológicos e naturais, tampouco nos discursos masculinos, médicos ou

religiosos. A exemplo disso, Michelle Perrot (2007) demonstra, no trabalho *Minha história das mulheres*, a necessidade de se escrever sobre tal produção e de como as mulheres romperam o silêncio.

Também, os saberes hegemônicos refletem a classe, a cor, o gênero daqueles que, tidos como “vencedores”, impõem uma visão de civilização em oposição à barbárie. Assim, o eurocentrismo, a divisão entre povos desenvolvidos e em desenvolvimento, ou mesmo não desenvolvidos, é uma forma de negar e mesmo de inferiorizar saberes, corpos e sujeitos oprimidos e silenciados. Dessa forma, há relevância em voltar o olhar para o Sul do planeta, não apenas geograficamente, mas no reconhecimento das trajetórias dos imigrantes, negros, LGBTQIA+,¹ povos originários e as mulheres, de modo a valorizar o conhecimento que produzem. Principalmente, frente à urgência de buscar projetos mais equânimes de sociedade.

Nesse sentido, a organização e a resistência de diferentes coletivos compostos por esses sujeitos são uma possibilidade de enfrentamento à opressão e exploração. Participar de coletivos e movimentos sociais permite inclusive que aquelas pessoas possam reelaborar uma identidade pessoal e coletiva, no fazer-se do exercício da ação política e coletiva. A potência de poder ressignificar, por exemplo, o que é ser mulher, de adquirir uma nova compreensão de si, mas também do mundo, a partir de uma educação baseada em critérios de libertação e emancipação.

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

Delimita-se que a palavra gênero, nesse caso, não é utilizada como sinônimo de mulher – cis ou trans –, pois compreende-se que a palavra gênero expressa diferentes dimensões sociais, mas também naturais, como evidencia Judith Butler (2000). Como afirma a autora, os padrões normativos atuam de modo a esperar dos sujeitos um comportamento, identidade e expressão, que estejam de acordo com o sexo biológico. Mas, como delimita Joan Scott (1995), na década de 1980, esse termo se tornou popular e começou a ser utilizado com grande referência nos trabalhos acadêmicos, inclusive pela necessidade de ganhar reconhecimento, vistas as dificuldades encontradas na área acadêmica. Então, gênero é utilizado aqui no interesse de abarcar essa pluralidade de estudos. Assim, objetivou-se investigar a relação entre os estudos feministas na sociedade e o desenvolvimento de novos saberes necessários à construção histórica do conceito de gênero, bem como analisar de que forma a valorização e elaboração de saberes não hegemônicos nos estudos sobre gênero na academia e nos coletivos feministas podem contribuir para uma unidade na luta contra a opressão e exploração.

Para isso, realizou-se um recorte teórico a partir da leitura de *Mulheres, classe e raça*, de Angela Davis (2016), e de textos do livro *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore (2004). Outros referenciais contribuíram para a análise, a fim de estabelecer uma relação ampla com o que vem sendo elaborado na área. Além disso, apresenta-se uma análise exploratória de três coletivos de resistência em Minas Gerais, por meio do método comparativo constante (BOGDAN; BIKLEN, 1994): o coletivo Flores de Resistência, o grupo Desencarcera

MG, e BH em Ciclo. A coleta de dados foi realizada através da rede social *Instagram*, na perspectiva da internet como um espaço de organização e de avanço da quarta onda feminista, como defende Fernanda Rocha (2017). Assim, a própria escolha da metodologia se ancora no movimento de perceber os espaços que vêm sendo ocupados pelas mulheres e que são ressignificados.

As mulheres e a produção de saberes

As condições à que estão/estiveram historicamente submetidas – o discurso hegemonicamente masculino, branco, heteronormativo e a ausência de uma história própria – exigiram que as mulheres produzissem, a seu modo, novos saberes, reescrevendo suas trajetórias. Segundo Michelle Perrot (2007), a história das mulheres, escrita sobre um período longo, tinha mais ou menos 30 anos. Ou seja, os estudos de maneira mais sistemática, que investigam não somente narrativas individuais, mas a presença das mulheres no mundo e sua atuação de forma mais geral são ainda recentes e exigem, inclusive, outros métodos de pesquisa e diferentes abordagens.

O “mito da inferioridade da mulher” foi reforçado e elaborado de modo que, até nos estudos atuais, precisa ser combatido, apesar de as mulheres sempre terem demonstrado sua força e contribuição para a sociedade, desempenhando papéis fundamentais, com grande valor social. Evelyn Reed descreveu como as atividades desempenhadas pelas mulheres foram essenciais para o desenvolvimento humano, permitindo “a transição do reino animal ao humano” (REED, 2008, p.

5). A própria questão da maternidade, muitas vezes utilizada para reforçar o mito, na verdade foi o que deu condições para que elas desenvolvessem diferentes habilidades, como a provisão de alimentos para a manutenção da existência, o desenvolvimento de técnicas de domesticação de animais, a agricultura. Ou ainda no período “primitivo”,² elas se fizeram no trabalho construtoras, arquitetas, médicas, cientistas, ceramistas e artistas. Muitas mudanças acompanham a transição dessa época até o século XVII estudado por Lúcia Tosi (1998), mas a autora demarca como é especialmente nesse momento que muitos dos saberes produzidos pelas mulheres são criminalizados, justamente na Revolução Científica³ na Europa. Principalmente a “mulher sábia”,⁴ então, era perseguida. “Afirmava-se que dada sua fraqueza física e moral, sua limitada inteligência, sua carência de raciocínio, sua sexualidade incontrolável e sua lubricidade, a mulher era a vítima privilegiada de Satã” (TOSI, 1998, p. 375). Então, “a caça às bruxas” foi uma ação política voltada para o processo de aculturação dos meios rurais, e as mulheres foram ainda mais impedidas de exercer seus conhecimentos, de compartilhar saberes derivados da experiência e da transmissão de

2 Primitivo refere-se ao período da pré-história, aproximadamente entre 3 milhões de anos a.C. e 4 mil anos a.C. As análises de Evelyn Reed (2008) sobre o desenvolvimento das atividades desempenhadas pelas mulheres nesse período se baseiam no trabalho de etnólogos, antropólogos e arqueólogos.

3 A Revolução Científica se desenvolve do século XV ao XVIII e permite um avanço no pensamento científico, através da elaboração de técnicas e métodos, mas também de uma nova compreensão de ciência embasada em novos pressupostos matemáticos.

4 “[...] mulher sábia ou homem sábio, bruxa ou bruxo, curandeiro ou curandeira” (TOSI, 1998, p. 374) eram aqueles(as) que praticavam a magia benéfica por meio da adivinhação, da medicina popular e mesmo da obstetria.

gerações. Posteriormente, com o aumento da preocupação com uma educação para as mulheres e meninas, é que se começa a solidificar a presença das mulheres na ciência, mas ainda em moldes e espaços fundamentalmente masculinos.

Dessa forma, Guacira Louro (2003) ressalta que a Ciência sempre foi feita por homens ocidentais, brancos e da classe burguesa. Por isso, apesar do discurso de uma ciência neutra, objetiva, os teóricos falaram em nome de todos, como se fosse possível que eles representassem os interesses da humanidade como um todo. Então, uma epistemologia feminista passa por tomar uma identidade e um posicionamento que questiona a ciência como algo neutro ou mesmo imparcial. Também a forma de fazer pesquisa foi modificada a partir do pressuposto de que é possível trabalhar com categorias de análise instáveis, de maneira a permitir a crítica como forma de construção. Assim, “supõe revolucionar o modo consagrado de fazer ciência; aceitar o desconforto de ter certezas provisórias; inscrever no próprio processo de investigação auto-crítica constante – mas fazer tudo isso de tal forma que não provoque o imobilismo ou o completo relativismo” (LOURO, 2003, p. 145-146). Além disso, no Brasil, as pesquisas vão refletir a relação dos(as) pesquisadores(as) com os movimentos sociais e diferentes formas de organização coletiva, bem como se preocupar com os grupos geralmente silenciados.

Por isso, exigiu-se e exige-se de quem faz pesquisa sobre gênero, mas também dos sujeitos que participam das investigações, produzir saberes por meio do estudo e da pesquisa sobre o tema, independentemente da relação

que estabelecem, de maneira mais formal ou não. Também Boaventura de Sousa Santos (1999) defende o interesse da Ciência em comunicar-se com o senso comum e, em certa medida, possibilitar sua mudança, o que Paulo Freire (1996) também indicava como uma transição entre o saber ingênuo e o saber crítico. Tal movimento também acontece nos estudos femininos, possibilitando o questionamento da função e das tarefas do(a) pesquisador(a) a partir do momento em que quem pesquisa se sensibiliza a reconhecer saberes não hegemônicos e grupos antes não valorizados, a perceber a instabilidade do conhecimento e das “verdades científicas”, em contraponto com a anterior racionalidade defendida, assim como o compromisso não apenas com a produção científica, mas com a contribuição que podem fornecer às mudanças sociais, políticas.

Mas não somente isso. A pesquisa feminista contribui para o encontro de outras relações de poder e de organização social, demandando o delineamento de estratégias de elaboração teórica, como delimita Guacira Louro (2003, p. 148-149):

Se “o pessoal é político”, como expressa um dos mais importantes *insights* do pensamento feminista, então se compreenderá de um modo novo as relações entre a subjetividade e a sociedade, entre os sujeitos e as instituições sociais. E a recíproca também pode ser aplicada, pois “o político também é pessoal” – nossas experiências e práticas individuais não apenas são constituídas no e pelo social, mas constituem o social (LOURO, 2003, p. 148-149).

Então, a própria necessidade de compreender a opressão a que estavam/estão compelidas faz com que criem

ferramentas teóricas para explicar a origem de categorias e conceitos como os de opressão, patriarcado, feminismo. Isso se dá principalmente na segunda onda feminista, em 1960, na qual a elaboração e mesmo contraposição entre natural e social se desenha (PISCITELLI, 2009). Isso não significa que antes as elaborações feitas por grupos feministas, inclusive na primeira onda, não discutiram também as questões das mulheres, mas é importante perceber que, em cada época, há um tipo de elaboração possível, de acordo com as condições históricas. Então, mesmo a formação de mais mulheres na academia possibilita que elas se unam aos campos de atuação política dos movimentos sociais e aprofundem as elaborações a respeito das questões de gênero (LOURO, 2003). O termo gênero nem sempre foi utilizado de forma semelhante e também não somente reflete as questões das mulheres,⁵ mas foi elaborado a partir das reflexões na luta social:

As feministas utilizaram a ideia de gênero como diferença produzida na cultura, mas uniram a essa noção a preocupação pelas situações de desigualdade vividas pelas mulheres [...]. Foi, portanto, a partir de uma luta social que surgiu uma contribuição teórica fundamental para o pensamento social. Nessa elaboração, aspectos presentes na longa história de reivindicações feministas, relativos à dominação masculina, articularam-se a noções teóricas que procuravam mostrar como as distinções entre feminino e masculino são da esfera do social (PISCITELLI, 2009, p. 125).

5 Guacira Louro (2003, p. 23) afirma que: “na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando.” O fato de se considerar os aspectos sociais não pretende negar o biológico, mas compreender como o social atua em relação com o natural.

Assim, percebe-se que há saberes frutos da articulação entre a produção teórica e a organização social das mulheres na defesa de seus direitos, mesmo que semelhantes saberes ao longo do tempo possam se modificar. E, ainda, que os conhecimentos elaborados não reflitam o conjunto de produções, ou mesmo de pensamentos em torno do tema, já que a própria questão do conceito de gênero se modifica a partir da trajetória do movimento feminista e também das vertentes⁶ ou linhas de pensamento, construídas na experiência organizativa em conjunto com as formações teóricas.

Robert Bogdan e Sari Biklen (1994) também enfatizam a contribuição dos estudos feministas, em especial para a pesquisa qualitativa. A partir da ampliação dos objetos de pesquisa, a contribuição mútua ocorreu também porque a pesquisa qualitativa permitia às investigadoras a análise da questão da mulher como ponto central, “recorrendo à observação participante, à análise de documentos, à investigação sobre histórias de vida e às entrevistas em profundidade [...]” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 43-44). Mas também a observação das novas categorias e objetos de pesquisa mobilizou mudanças metodológicas, fazendo com que houvesse uma preocupação maior com a relação entre os investigadores, os sujeitos e as consequências políticas.

Tais mudanças metodológicas permitiram repensar as questões éticas, a proximidade dos(as) pesquisadores(as) com

⁶ Joan Scott (1995) demarca, por exemplo, três abordagens teóricas de historiadores/as feministas: que procuram explicar as origens do patriarcado; críticas feministas e marxistas; pós-estruturalismo francês, teorias anglo-americanas de relação do objeto que se baseiam nas escolas de psicanálise.

os(as) sujeitos(as) e, ainda, a maneira como eles são analisados, de modo que as pesquisas pudessem ser elaboradas de forma cooperativa entre ambos, já que, segundo os autores, os(as) pesquisadores(as) “estabelecem diálogos com os sujeitos relativamente ao modo como estes analisam e observam os diversos acontecimentos e actividades, encorajando-os a conseguirem maior controlo sobre as suas experiências” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 70).

Então, em certa medida, a troca entre sujeitos e investigadores(as) também estabelece uma relação de aprendizado mútuo e de produção de saberes, inclusive devido à necessidade, muitas vezes, de analisar categorias instáveis, situações não previstas ou pontos de vista ainda não aprofundados. Além disso, trabalha com métodos como autobiografia e entrevistas, que permitem dar voz também aos participantes, possibilitando um processo reflexivo e crítico em tais sujeitos, tal como Santos (1999) e Louro (2003) enfatizam.

Por isso, ao realizar o recorte teórico a partir dos livros *Mulheres, raça e classe* e *História das mulheres no Brasil*, é possível apreender algumas considerações importantes. A primeira delas aponta para o fato de que, apesar de não apresentar o conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2004), em 1989, de interseccionalidade, questões de raça, classe e gênero, de alguma forma, relacionam-se e se sobrepõem na trajetória das mulheres. A interseccionalidade é vista como a forma como as opressões se combinam nas trajetórias dos sujeitos, inclusive gerando outras violências, que não são resultado apenas da sobreposição de uma sobre a outra, mas que representam como o poder flui na

sociedade, através de “eixos (interseções) de discriminação”. Assim, além da confluência de opressões também há uma violência que é estrutural, que está impregnada nas instituições e formas de marginalização coletiva, como os planos de austeridade (CRENSHAW, 2012).

Através de um levantamento histórico, Angela Davis⁷ desenvolve, no capítulo 2 de seu livro, a noção de como o movimento sufragista contribuiu para o surgimento das organizações de mulheres. Desse modo, através das experiências vividas, as mulheres participantes puderam aprender modos de fazer política e reconhecer as próprias opressões a que estavam submetidas. Nas suas elaborações, elas incorporaram várias formas de fazer política que aprenderam. Mas no embate, e mesmo na luta social, elas percebem que, dentro do próprio movimento, são marginalizadas. Questões assim vão se apresentar em muitas vivências de mulheres, negros e negras, ao longo da história dos movimentos sociais. Um exemplo disso, descrito no referido capítulo, é a percepção da segregação das mulheres negras pelas mulheres brancas, e delas todas por muitos homens sufragistas. Então, é possível delimitar que não somente as condições próprias de opressão fazem com que esses atores políticos necessitem elaborar estratégias, conhecimentos, mas também a própria segmentação, que ocorreu no movimento sufragista e em outros fatos históricos, mesmo nas construções e elaborações dos grupos.

7 Angela Yvonne Davis é ativista política, professora de filosofia e história estadunidense, lutou e participou do Partido dos Panteras Negras e do Partido Comunista. Tornou-se uma referência no movimento feminista.

Sendo assim, se em 1980, como delimita Piscitelli (2009), as mulheres negras e de “terceiro mundo” elaboram um pensamento, uma reflexão própria das suas experiências, é porque suas pautas muitas vezes foram silenciadas. Como descrito por Davis (2016, p. 72):

Seja porque foi realmente convidada, seja por iniciativa própria, o fato é que Sojourner Truth estava entre as participantes. Sua presença e os discursos que proferiu em encontros subsequentes pelos direitos das mulheres simbolizavam a solidariedade das mulheres negras com a nova causa. Elas aspiravam ser livres não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista. “Não sou eu uma mulher?” – mote do discurso feito por Sojourner Truth em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851 – continua sendo uma das mais citadas palavras de ordem do movimento de mulheres do século XIX (DAVIS, 2016, p. 72).

Além disso, há uma questão de escolhas teóricas e influências, que vão motivar esses saberes produzidos. O próprio livro *Mulheres, raça e classe*, em seu título, estabelece a abordagem que a autora vai privilegiar ao longo de sua escrita: uma perspectiva marxista, que investiga a classe trabalhadora e o Movimento Negro. Isso demonstra que, como pesquisadora, ela reflete sua própria trajetória de vida e a proximidade com os sujeitos ou histórias investigadas.

Um dos aspectos interessantes no livro *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore, publicado em 1997, é a pluralidade de assuntos investigados, de perspectivas e abordagens, reunindo trabalhos de várias(os) estudiosas(os) referenciais no Brasil. A fim de abordar os elementos

nacionais, esse esforço se relaciona com o apontado em relação à necessidade de investigar, mesmo dentre os estudos feministas, sujeitos e perspectivas, que não apenas girassem em torno do eixo norte do planeta. Então, por meio de 20 autores(as), aborda-se o Brasil desde o período colonial, em seus diferentes aspectos sociais, geográficos e culturais. Assim, demonstra-se a flexibilidade metodológica, conceitual e mesmo de categorias que são possíveis a partir desse tema, favorecendo uma pluralidade de saberes. Como enfatizado por Guacira Louro, estudos semelhantes provocaram grandes mudanças na escrita científica, porque:

Estudos sobre as vidas femininas – formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e de manifestação artística, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico – aos poucos vão exigir mais do que descrições minuciosas e passarão a ensaiar explicações (LOURO, 2003, p. 20).

É nessa perspectiva, de uma produção preocupada em explicar os diferentes contextos que envolvem a questão de gênero no Brasil, que se desenham os artigos apresentados no livro de Del Priori. Um deles em específico, o de Guacira Louro (2004), intitulado *Mulheres na sala de aula*, descreve como o início do magistério no Brasil impactou a construção da profissão docente, em especial às mulheres professoras. “O magistério era visto como uma extensão da maternidade, o destino primordial da mulher. Cada aluno ou aluna era representado como um filho ou filha espiritual e a docência como uma atividade de amor e doação à qual acorreriam aquelas jovens que tivessem vocação” (LOURO,

2004, p. 377). A autora também demonstra que as representações e os discursos sobre como deveria ser uma professora acabaram realmente incorporados à prática e constituição docente. Essas questões, ainda hoje, são relevantes e aos poucos se modificam a partir de tais produções, que almejam compreender historicamente as trajetórias de mulheres e abordar tais implicações.

Pensá-las apenas como subjugadas talvez empobreça demasiadamente sua história, uma vez que, mesmo nos momentos e nas situações em que mais se pretendeu silenciá-las e submetê-las, elas também foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos. Construir uma história às avessas, exclusivamente apoiada na trajetória daquelas que foram revolucionárias, talvez também resultasse em uma construção reduzida e idealizada (LOURO, 2004, p. 399).

Dessa forma, Louro também demonstra que a ciência não representa uma só verdade ou visão, reforçando a contraposição dos estudos feministas com o “paradigma dominante”, que exige um modelo de racionalidade à ciência (SANTOS, 1999), não somente nos indivíduos e elementos analisados, mas também na maleabilidade com que apresenta os conceitos e estratégias de análise.

Ambos os trabalhos se enquadram no que Boaventura Santos (1999) aponta como uma teoria emergente nas ciências sociais de que “todo conhecimento é autoconhecimento”. “A ciência é, assim, autobiográfica” (SANTOS, 1999, p. 84), para o pensador. Dessa maneira, os estudos demonstram uma grande proximidade entre objeto de investigação e

pesquisadores(as), possível a partir das mudanças potencializadas pelo feminismo, na medida em que tanto Mary Del Priore, Guacira Louro, Angela Davis quanto outras estiveram totalmente imbricadas em gerar mudanças reais. Suas produções apontam para o reconhecimento de saberes, de conhecimentos não hegemônicos.

Cada uma delas, com seu potencial de alcance, acaba por incentivar uma unidade ou mesmo uma pluralidade no pensamento do que poderia ser a luta dos oprimidos, seja nas ruas, na educação, na academia ou nas diferentes trajetórias de vida, por meio da construção de uma história das mulheres e da busca por compreender as questões de gênero. Assim, o movimento de visibilizar e dar voz aos negros, às mulheres, às pessoas LGBTQIA+, aos povos originários, dentre outros presentes nessas obras, também contribui para a produção e elaboração de saberes, que podem colaborar para a construção de uma sociedade mais equitativa. Dessa forma, o saber científico não se impõe como superior ou mesmo desconsidera os saberes do senso comum, ou produzidos a partir dos sujeitos muitas vezes negligenciados, como aponta Santos (1999), mas dialoga com eles na intenção de se transformar e de ser transformado.

Os coletivos: sentidos de ser mulher

Compreende-se a constituição dos coletivos identitários a partir da necessidade de organização coletiva e de reconhecimento daqueles sujeitos que têm necessidades próximas. Isso fica evidenciado quando o diálogo sobre as questões de gênero na internet aproxima mulheres que percebem que

aquelas questões que pareciam particulares estão presentes nas trajetórias de vida de outras mulheres. Esses grupos então passam a exercer, por meio de suas ações e reflexões, uma educação não formal que, segundo Maria Gohn (2006, p. 28), “[...] é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. Essa educação busca se contrapor ao discurso hegemônico a fim de romper com as ideias antes estabelecidas e permitir que os sujeitos não apenas contestem a opressão que sofrem, mas também como se percebem no mundo. Apesar de terem pautas específicas, questões próprias, em alguma medida esses sujeitos podem se articular em lutas conjuntas, objetivos em comum.

Essa perspectiva é corroborada pelos estudos de Juliana Reis (2014) e Isabela Silveira (2019), que relacionam processos de socialização com os de subjetivação e individuação. Percebendo a trajetória de jovens na rede e nas ocupações, consecutivamente, aqueles estudos indicam que os sujeitos, ao se reconhecerem em coletivos de negros, mulheres, LGBTQIA+, percebem-se em uma identidade coletiva, a qual interfere na construção particular de si mesmos.

Por isso, através da ação conjunta apresentada pelos coletivos Flores de Resistência,⁸ Desencarcera MG⁹ e BH em

8 Disponível em: <https://www.instagram.com/floresderesistencia/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

9 Disponível em: <https://www.instagram.com/desencarceramg/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

Ciclo,¹⁰ evidenciam-se possibilidades de ressignificar o que é ser mulher. Por meio da produção de conteúdo de seus perfis, é possível depreender que, pela dimensão das redes sociais, o alcance dos grupos não se limita apenas às participantes, mas se estende às mulheres engajadas nas páginas de cada grupo. Dessa forma, a análise aqui apresentada se dá através das seguintes categorias de observação, que nomeiam os subtítulos: voz e visibilidade, ação coletiva e modos de ser mulher. Nossa intenção é perceber quais sentidos do ser mulher são impressos a partir dos “relatos”¹¹ nas redes, compreendendo que “a rede, agora significando o amplo espaço da web, é universo socializador transversal dos indivíduos contemporâneos, principalmente para a juventude” (REIS, 2014, p. 12). Então, a análise desse espaço não se dá somente por entendê-lo como uma forma de divulgação das atividades “reais” dos grupos, mas como um espaço “real” de socialização, que cria possibilidades de interação social.

O coletivo Flores de Resistência começou com o *BH Fica em Casa* em 2020, uma campanha criada no período do começo da pandemia de covid-19¹² a fim de arrecadar alimentos para

10 Disponível em: <https://www.instagram.com/bhemciclo/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

11 Entende-se por relato a forma como os próprios coletivos contam suas histórias no perfil do *Instagram*, apresentam suas narrativas e delimitam suas ações. Mesmo que possa haver uma distância entre a ação prática e a forma como ela é apresentada nas redes, esse recurso digital já pode ser compreendido como um espaço de produção de saberes, detentor de uma dinâmica própria que tem interferências concretas no desenvolvimento da sociedade.

12 A pandemia de covid-19, doença caracterizada pelo comprometimento das vias respiratórias, teve início no começo de 2020 devido à grande disseminação do coronavírus, o que exigiu o distanciamento social.

as periferias da região do Barreiro, bairro de Belo Horizonte, e de Contagem. Somou-se à ação beneficente o objetivo de discutir questões, como a importância do isolamento social no período e a ampliação do auxílio emergencial. A partir do coletivo então organizado, surgiu uma segunda campanha, a *Flores de Resistência*, ampliando as discussões sobre saúde feminina, que já haviam se iniciado no BH fica em Casa. O grupo está associado ao “mandato movimento” da vereadora de Belo Horizonte, Izabella Lourença,¹³ mas com um foco maior sobre a dignidade menstrual, a pobreza menstrual,¹⁴ maternidade, dentre outros.

Já o grupo Desencarcera MG, Frente Estadual pelo Desencarceramento, faz parte também da Agenda pelo Desencarceramento. Essa rede atua em níveis nacional e estadual pelo fim da privação de liberdade e pela garantia de direitos às pessoas encarceradas. Suas atividades se iniciaram em 2019 e uma de suas principais campanhas é a “vidas presas importam”, a qual busca questionar o processo de desumanização e de violência que sofrem não apenas as pessoas privadas de liberdade, mas também familiares. A composição do grupo é principalmente de mulheres negras, periféricas.

13 Izabella Lourença, militante dos movimentos sociais, assumiu o cargo de vereadora de Belo Horizonte em 2021. Ela utiliza o termo “mandato movimento” para caracterizar o diálogo com a população, movimentos sociais, grupos de trabalhadores, periferias da cidade.

14 Pobreza menstrual é o termo utilizado para designar a falta de acesso a produtos de cuidado do período menstrual, assim como a falta de saneamento e de perspectiva da saúde pública direcionada à atenção das pessoas que menstruam.

O coletivo BH em Ciclo, Associação dos Ciclistas Urbanos de Belo Horizonte, iniciou suas atividades em 2012. Em 2014, estendeu-as à rede social, ficando bastante associado ao Grupo de Trabalho BH Pedala, um programa da prefeitura de Belo Horizonte para o incentivo do uso de bicicleta. Após seis anos compondo o executivo municipal, o coletivo deixou o grupo em 2018 por discordâncias com o desenvolvimento do Plano de Mobilidade por Bicicleta de Belo Horizonte (PlanBici). Depreende-se das postagens que o grupo se organiza em torno da necessidade de mudanças em âmbito municipal, buscando atuar de forma direta sobre as ações da prefeitura, discutindo o plano diretor, as conferências, entre outros espaços/ações. Seu objetivo é: “Ser uma articuladora de pessoas, movimentos sociais, instituições do terceiro setor, empresas e poder público para fomentar o uso seguro da bicicleta em Belo Horizonte como meio de transporte” (BH EM CICLO, [2012]).¹⁵ Em novembro de 2021, foi eleito titular do Conselho de Política Urbana de Belo Horizonte (Compur). Em grande parte, a associação é composta de mulheres que vêm discutindo as questões de gênero e a mobilidade urbana.

Voz e visibilidade

Assim como se dá com as estudiosas de gênero, parte da tarefa dos coletivos passa por dar voz e visibilizar não somente as pautas e campanhas, mas também os sujeitos, seus corpos, suas trajetórias e seus anseios. Isso fica evidenciado nas atividades que convocam essas mulheres a um fazer político, constituindo-se como lideranças

¹⁵ Disponível em: <https://bhemiciclo.org/o-que-e-bh-em-ciclo/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

políticas, pesquisadoras, palestrantes, organizadoras, escritoras, administradoras, contadoras, entre outros possíveis papéis desempenhados.

Entretanto, Juliana Reis (2014) delimita que esse processo de socialização não ocorre acima do indivíduo. Ou seja, não é apenas a participação nos coletivos que, de forma direta, modifica a compreensão dessas mulheres de si mesmas, mas há uma ativa participação delas nas escolhas que fazem e das trajetórias que conduzem.

Na constituição de retratos pessoais singulares, há intensa participação dos atores em seus processos educativos, que viabiliza seus modos de individuação e que os define como singulares. De tal modo, são os próprios atores quem articulam, combinam, enfrentam e negociam as referências socializadoras e se singularizam como sujeitos únicos (REIS, 2014, p. 12).

Mas é importante ressaltar que essas escolhas são mediadas e possibilitadas através dos processos de socialização em sua atuação militante, ativista e política. Em relação aos espaços ocupados por elas, percebe-se que as lutas favorecem a saída do espaço privado para que possam estar nos espaços públicos, não apenas relacionados ao trabalho, mas também ao lazer, às manifestações políticas e audiências públicas, ganhando voz e visibilidade. Um exemplo foi a promoção, pelo coletivo Flores de Resistência, de encontros formativos em rodas de conversa para que as mulheres possam não apenas adquirir, mas também produzir conhecimentos sobre saúde feminina e questões sociais, como a atividade que fizeram sobre o 25 de julho (Dia da Mulher Negra Latino-americana

e Caribenha),¹⁶ as participações em manifestações¹⁷ e entrevistas em veículos jornalísticos de comunicação.¹⁸ Também as várias parcerias que o grupo realiza com uma empresa de produção de absorventes ecológicos, a organização de compartilhamento de roupas de bebê, entre outras, demonstra uma grande rede participante das ações coletivas. Assim, a própria organização dessa rede e a administração financeira do coletivo exigem dessas mulheres que criem novas estratégias, produzam novos conhecimentos e se eduquem por meio da ação coletiva.

As estratégias que esses coletivos utilizam para ter maior alcance são múltiplas. O BH em Ciclo possui um *podcast* intitulado *Pedal no Ar* e também um site.¹⁹ O coletivo produziu a *Pesquisa do perfil do e da Ciclista 2021*, demonstrando a intenção de investigar os(as) ciclistas e poder cobrar “políticas públicas mais próximas das nossas necessidades e, claro, produzirmos dados para novas pesquisas científicas” (BH EM CICLO, 2021).²⁰ Também o próprio ato de estar na rua já é em si uma forma de ter visibilidade, considerando que há todo um estigma sobre os(as) ciclistas, que os impede de serem vistos(as) como também sujeitos dotados do direito de

16 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRwsyeDpdk/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

17 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRuZnjipdoZ/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

18 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVqIQvdlC21/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

19 Disponível em: <https://bhemiclo.org/o-que-e-bh-em-ciclo/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

20 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTkUk3zr1jW/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

ocupar o trânsito da cidade. A falta de ciclovias e o comportamento de motoristas muitas vezes colocam em risco inclusive a vida daqueles(as) que utilizam como transporte a bicicleta.

Já o Desencarcera MG possui uma plataforma em um site,²¹ que orienta os usuários sobre seus direitos por meio de duas cartilhas: *Cartilha da mulher presa* e *Cartilha da pessoa presa e seus familiares*. No site também é possível acompanhar as denúncias realizadas. Em outubro de 2021, o coletivo realizou a pesquisa *Formulário da volta das visitas*, com a qual investigaram a situação de comunicação dos familiares com as pessoas privadas de liberdade. Pode também ser fundamental para a existência dessas mulheres que o sistema carcerário ganhe visibilidade, como fica evidente na luta contra as torturas e as péssimas condições de vida das pessoas em privação de liberdade.

O coletivo Flores de Resistência também produziu cartilhas para orientar as mulheres sobre saúde feminina. Além disso, o uso das redes sociais, das *lives*, dos cartazes e as participações em manifestações são comuns às organizações. As ferramentas *Instagram* e *Twitter* apareceram como os principais espaços de comunicação desses grupos, mesmo que perfis deles existam em outras plataformas, como *YouTube* e *Facebook*.

21 A plataforma foi desenvolvida com a colaboração do Instituto DH, LABTRAB (UFMG), Instituto Matos Filho, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, Fundo de Direitos Humanos e o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. Disponível em: <https://desencarcera.com/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

Por fim, é notável que os coletivos aqui mencionados se articulam em alguma medida com estudantes, pesquisadores, teóricos, advogados, gestores públicos, entre outros que contribuem também para o diálogo entre os grupos, impactando as referências, especialmente das mulheres, do lugar que elas podem ocupar. A representatividade então demonstra sua força, possibilitando que a compreensão do que é ser mulher possa ser questionada e novas perspectivas sejam traçadas, especialmente para as mulheres negras. Como evidenciado anteriormente, essa representação social é fundamental (PISCITELLI, 2009; DAVIS, 2016). Mas esse diálogo não pode se dar de maneira unidirecional. É preciso que a academia possa reconhecer os valores dos saberes produzidos por essas experiências para que se dê a transformação, defendida por Paulo Freire (1996), do saber ingênuo ao saber crítico, de ambos os sujeitos.

“Tornar-se”: modos de ser mulher

Por meio dos estudos de gênero, de conhecer suas questões no coletivo, produzem-se múltiplas possibilidades de subjetivação do ser mulher. Assim, na trajetória dessas organizações, a fala: “NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. [...] Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro”, de Simone de Beauvoir (1967, p. 9), se traduz. É interessante, desse modo, perceber a interseção que os coletivos fazem com pautas diversas, inclusive contestando o que a sociedade padroniza por serem questões naturais da mulher, rompendo com o mito da inferioridade feminina. O Flores de Resistência, por exemplo, tem discutido a maneira como a dignidade menstrual também é

uma questão para a população LGBTQIA+. Em junho de 2021, o coletivo fez uma *live*²² que abordou a transição de gênero, saúde pública, violência obstétrica e permitiu que o grupo avançasse na compreensão de que existem múltiplas experiências menstruais, não apenas dos homens transsexuais e mulheres cisgênero.

A associação BH em Ciclo discute ciclismo e gênero por meio de um Grupo de Trabalho, que elabora sobre questões como o assédio sofrido pelas mulheres no trânsito. Também organizou oficinas: uma delas, intitulada *Ciclismo consciente*,²³ proporcionou uma formação sobre as cidades, ensinou mulheres sobre mecânica básica para bicicletas, e ainda abordou a situação do racismo e da mobilidade urbana. É interessante perceber que nos relatos há relações diferentes com o uso da bicicleta. Mesmo que esse meio de transporte possa “libertar” a mulher da violência urbana e do medo de caminhar na rua, o machismo ainda dificulta a presença delas no espaço urbano, mesmo na bicicleta. Por isso, elas buscam se reafirmar e denunciar as violências que sofrem, encontrando no coletivo apoio para enfrentar essas agressões e insegurança.

Além disso, o grupo Desencarcera MG discute a questão da invisibilidade lésbica no sistema prisional. Nele, as mulheres lésbicas sofrem diferentes violências, em relação ao seu corpo, suas relações ou necessidades. Ao se organizarem

22 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQj10GIJooR/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

23 Oficina desenvolvida em parceria com outras organizações. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CJG8o5pFYHb>. Acesso em: 7 nov. 2021.

e refletirem sobre a situação das mulheres privadas de liberdade ou aquelas que, sendo familiares, são também penalizadas, elas avançam na compreensão dos sentidos impressos do que é ser mulher para elas. Dessa forma, podem se ressignificar, enxergando-se como sujeitos de direitos, de vivências valorosas. Também o grupo Flores no Cárcere, que possui participantes do Desencarcera MG, organiza a arrecadação de absorventes e itens de higiene pessoal para mulheres privadas de liberdade, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. Isso demonstra que, quando as mulheres conseguem dar visibilidade a uma questão, como a dignidade menstrual, a pauta ganha adesão de diferentes grupos e os avanços são conquistados por intermédio da ação coletiva.

Raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero são temas tangenciados nos debates dos grupos aqui analisados. Isso demonstra que, apesar de serem coletivos com perspectivas distintas, há questões para além das temáticas que os unem e que influem na unidade de ação na cidade, seja nas manifestações, nas disputas políticas ou nos espaços e debates em comum nas redes. Essa unidade é fundamental para o enfrentamento da opressão e da exploração a que esses sujeitos estão submetidos, assim como para ganhar a visibilidade, o empoderamento e o alcance que procuram.

Considerações finais

Poder ter uma epistemologia feminina, LGBTQIA+, negra e do Sul significa produzir novos saberes, através dos estudos e em cooperação com os sujeitos presentes nas pesquisas

em diferentes áreas – na educação, nas ciências sociais e políticas, na psicologia etc. Os diferentes saberes podem surgir por meio do diálogo, que valorize e reconheça existências, experiências e modos de vida antes negados. Também a preocupação dos(as) investigadores(as) feministas em contribuir para a elaboração de outros projetos de sociedade demonstra como os novos saberes produzidos são uma fonte de transformação social.

Assim, os dois livros analisados (DEL PRIORE, 2004; DAVIS, 2016) apresentam características apontadas pelos teóricos como elementos da elaboração dos estudos feministas e contribuições que acabam por produzir saberes, não somente para o campo científico, mas também que almejam alcançar outros sujeitos fora dos muros da universidade, em diálogo com os movimentos sociais e com escritores de múltiplas áreas. Isso permite a produção sobre um feminismo preocupado em promover a ação crítica, e, ainda, por meio mesmo de uma história das mulheres, que conceba e considere as diferentes dimensões de ser mulher, ou que busque elaborar sobre o gênero, avançando em uma “Epistemologia do Sul”.

Conclui-se também que os coletivos de resistência aqui apresentados demonstram o potencial de transformação das trajetórias e do reconhecer-se como mulher a partir de novas perspectivas. Evidencia-se que há um diálogo entre a ciência, o meio acadêmico, os estudos de gênero e a ação coletiva desses grupos. Isso amplia as reflexões e a atuação realizadas, ao passo que a aliança com os diferentes movimentos permite àqueles(as) que estudam gênero avançar nas elaborações. Para ambos, o processo de mudança do “saber

ingênuo” ao “saber crítico” só se dá no diálogo aberto e na ação prática conjunta, preocupada em dar voz e visibilidade para os(as) oprimidos(as), reconhecendo o valor de seus saberes, de seus corpos, de suas trajetórias.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. (Volume II).
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.
- CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004, p. 7-16. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.
- DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYdfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-403.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

A BH em Ciclo. **BH em Ciclo**, Belo Horizonte, [2012]. Disponível em: <https://bhemciclo.org/o-que-e-bh-em-ciclo/>. Acesso em: 12 out. 2022.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José. **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-149.

REED, Evelyn. O mito da inferioridade da mulher. **Marxists.(org.)**. [s. l.], 29 abr. 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm>. Acesso em: 6 nov. 2021.

REIS, Juliana Batista dos. **Transversalidade nos modos de socialização e individuação: experiências juvenis em rede**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9QJj9K/1/tese_juliana_batista_dos_reis.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6728>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre a ciência**. Lisboa: Afrontamentos, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

SILVEIRA, Isabella Batista. **“Lute como uma menina”**: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1410>. Acesso em: 13 set. 2021.

TOSI, Lucía. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 369-397, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>. Acesso em: 12 out. 2022.